



REDATOR PRINCIPAL

ALEXANDRE VIEIRA

* Propriedade da Confederação Geral do Trabalho *

EDITOR - JOAQUIM CARDOSO

Redação e administração - Calçada do Combro, 38-A, 2.º

Lisboa - PORTUGAL

Erie, telegr. Telégrafo - Lisboa • Telefone: 27

Oficinas de impressão: Rua da Atalaia, 134

A BATALHA

DIÁRIO DA MANHÃ - PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

Vadios e parasitas

Nem só em Portugal há vadios e vadios, pois que em todos os países houve e haverá gente pouco dada ao trabalho útil, até no momento em que as sociedades, reformadas sob um critério absolutamente novo, imponham a cada homem válido a obrigação de produzir para viver, sem ser a sombra do esforço alheio. Toda vez, quere-nos parecer que é o nosso país que bate o record do número de parasitas em relação com o número dos seus habitantes. Não só simplesmente os capitalistas, os banqueiros, os senhores, os detentores da terra, os senhores da indústria. São também os ocupantes dos milhares de nichos que o Estado criou e onde nada se faz mais que ganhar diários públicos sem ser a troco de serviços de qualquer espécie. O emprego público foi sempre a aspiração mais cara dum a população que não tem o mínimo salto pelo trabalho. Esta tendência acentuou-se nos últimos tempos e os governantes auxiliaram-na, medrando, criando novas corporações de parasitas ou desenvolvendo e aumentando os efectivos já existentes. Daí vem a profunda, a irremissível proibição natural.

Nós bem sabemos que o trabalho, dentro da organização actual, não tem que o torna agradável ou estimado. O salário tira-lhe o encanto. O ambiente das fábricas e oficinas é de opressão e de humilhação. A retribuição da fadiga diária é uma miséria que não só para matar a fome. A tarefa é exigida pelos olhares cúpidos do que não disfarça a ansia exploradora de agradecer nas burlas a última, parcela do esforço operário, tornada em moeda. Um ano, dez anos, cinquenta anos de trabalho não conseguem modificar a situação do trabalhador, que permanece miserável, faino, desmoralizado para as contingências desventosas duma enfermidade, intransquilo pelo justificado receio dum desemprego, e sempre sem rumo, num lar sem conforto, num vazio usualmente o estômago.

Há dias dizímos nós num artigo intitulado "Os Intelectuais", que os novos-pobres são aqueles indivíduos que, por defeitos da educação, e por exercerem um trabalho intelectual, se abstêm de fazer reclamações, calando sob uma aparência custosamente sustentada, a miséria que a guerra quase duplicou. Ora, precisamente nesse número incluímos os funcionários públicos, sempre retratados a movimentos colectivos e reclamações que pudesssem irritar o Estado. Afirmávamos também que a situação económica se agravava tanto que se grande número de intelectuais não vinha proclamar alto e seu direito à vida, a diminuição da inteligência, devem reconhecer a sua impotência, não se expondo a irrisão das multidões.

Há dias, decididamente, não tem nada de agradável o trabalho das fábricas, das oficinas ou dos campos, e, vista a questão por este lado, não admira que haja vadios, e só espanta, como notou Jean Grave, que seja ainda tam acrescido o número de pessoas que se resignam a trabalhar nestas torturantes condições. Sabe-se também que são os países em que o trabalho é mais penoso e mais insuficientemente remunerado aqueles em que a vadiagem parasitária mais prospera. Vadiagem de duas espécies: a alta e a baixa. Há os que desprezam a profissão e se fazem vadios, sem casa e sem modo de vida, mas há também os que, abandonando o trabalho, se entregam a vadiagens rendosas, lucrativas e próprias a enriquecer quem a elas se entrega. Precisamente a atmosfera económica criada pela guerra foi o extraordiñariamente favorável à vadiagem comercial, que especuladores sem conta e assambalhadores sem classificação possível exercem com sensível vantagem.

A vadiagem ou a parasitagem tem portanto a sua explicação como efeito duma organização social defeituosa; mas não tem de feza. A vadiagem alta inspira repugnância porque revela ausência de carácter; a vadiagem baixa suscita compaixão porque é a consequência da iniquidade vigente. Uma é condenável; outra é lamentável. Mas as ambas é preciso dizer guerra. Há que tornar atraente o trabalho por meio da abolição do salário. Os vadios sem casa serão chamados à regeneração pelo esforço honesto da colaboração com trabalhadores. Os vadios com dinheiro serão forçados a abandonar a sua situação de parasitas e a aprender também a maneira de ganhar o pão de cada dia sem valer-se das fadigas do próximo.

Há funcionários que, a contrastar com aqueles parasitas que nas repartições se acoitam, ganham verdadeiras riquezas, que decerto não podem chegar sequer para um pessimo alimento. No entanto, esses indivíduos trabalham há longos anos nas repartições públicas, estragando a sua saúde em ocupações monotonas. Esses indivíduos tem a necessidade absoluta de ser aumentados, a não ser que o Estado os queira ao seu serviço tanto esqueléticos e débiles que nem possam com os livros onde escrevem. Bem sabemos que nos podem objectar que não ha verba para tais aumentos. Porém, nós estamos habituados a essas desculpas. De facto não haverá verba, o que nos admira no entanto é haver-lá para todas as falcatrás, que aos políticos apetece pôr em prática.

E se de facto essa verba não existe, não venha a confirmar o que nestas colunas temos declarado: a burguesia não tem tido competência para administrar o país, e portanto não operários, assim como os funcionários que trabalham, só no regime onde possam ser administradores e produtores, conseguiremos a garantia do nosso pão.

Perseguições ao operariado

Comissão pró-presos por questões sociais

Reuniu esta comissão, que registou com satisfação terem sido absolvidos 14 jovens sindicalistas que responderam ante ontem em audiência a processo de julgamento da Boa-Hora, depois de estarem a ferros desta liberdade Republicana há 4 meses, pelo crime de assistirem a uma sessão contra a carestia, pa-

esta iminente a crise ministerial

MADRID, 7. - Nos centros políticos e parlamentares pretende-se que o deputado de Romanones teria chamado teleféricamente a Madrid o ministro das obras públicas, sr. Gimeno, o qual se encontra em Valência em convalescência e que no seio do gabinete representa o partido liberal do conde de Romanones. H.

Projeta-se a formação de catorze divisões, cujos efectivos serão aproximadamente idênticos aos das divisões correntes do exército. As condições de alistamento serão três anos para os homens instruídos que tenham prestado serviço durante seis meses na guerra, e quatro anos para os recrutas. Os limites de idade serão os de 18 aos 38 anos. Não haverá dificuldade alguma em equipar o exército territorial de acordo com as exigências dum guerra moderna, pois ha numeroso material nos depósitos.

Lord Churchill declarou que a situação da Inglaterra tinha sofrido uma notável mudança desde a terminação da guerra, tendo desaparecido por vários anos o perigo dum invasão. - H.

Também a França reorganiza o seu exército

PARIS, 7. - Foi apresentado à Comissão do Exército da Câmara um projeto de lei sobre o recrutamento do exército, codificando nos seus 102 artigos tudo o que lhe diz respeito. Todos os homens reconhecidos aptos para o serviço militar fazem parte, salvo casos especiais: (a) do exército activo durante um ano; (b) da primeira reserva durante nove anos; e (c) da segunda reserva durante quinze anos.

O projeto prevê que a lei do recrutamento, aprovada na mais breve espaço de tempo, entre em vigor no primeiro de Janeiro de 1921. - Rádio.

NOTAS & COMENTÁRIOS
por PEREIRAS DE CARVALHO

Recebem-se pedidos na administração da Batalha.

Marte quere comunicar com a Terra?

Parece que se trata dum conflito entre os postos franceses e ingleses

PARIS, 8. - Diz o *Excelsior* desta manhã que em presença do inquérito a que se procedeu na telegrafia sem fios francesa vê-se que as mensagens misteriosas de que se fala em Inglaterra não foram recebidas pelos postos franceses.

Parce que se trata simplesmente das confusões dos rádios que estão resultando das famosas correntes parassicas. - H.

Compreende o dever que a todo o homem inteligente e digno se impõe de cooperar na regeneração da sua raça, no aperfeiçoamento da sua espécie, não só na medida das suas forças mas até no esforço que imprime a convicção, a fé e o entusiasmo?

Funcionalismo Público

Quem trabalha deve comer - Os funcionários que trabalham tem portanto direito a melhoria de situação

Há dias dizímos nós num artigo intitulado "Os Intelectuais", que os novos-pobres são aqueles indivíduos que, por defeitos da educação, e por exercerem um trabalho intelectual, se abstêm de fazer reclamações, calando sob uma aparência custosamente sustentada, a miséria que a guerra quase duplicou. Ora, precisamente nesse número incluímos os funcionários públicos, sempre retratados a movimentos colectivos e reclamações que pudesssem irritar o Estado. Afirmávamos também que a situação económica se agravava tanto que se grande número de intelectuais não vinha proclamar alto e seu direito à vida, a diminuição da inteligência, devem reconhecer a sua impotência, não se expondo a irrisão das multidões.

A bom entendendo...

E' possível que, após a Revolução, o novo estado de coisas se intitule República, mas que o que estamos certos é que, entre a República que no futuro criariam os trabalhadores, e a República que para aí vegeta, existe uma diferença maior do que entre esta e a monarquia.

Devido a esse mal estar causado pela derrocada para onde o estado burguês caminha a passos agigantados, o conflito estatal e o funcionalismo público, apezar de todos os preconceitos que o prendiam à submissão e às ordens do Estado, vem também reclamar aquilo que tem direitos incontestáveis - o necessário para viver.

Nós sabemos que o funcionalismo público leva grande parte da economia nacional. Isso não é culpa dos funcionários que são sim do Estado que os admitem. E se os admitem e se serve do seu trabalho não tem direito a fazê-lo

o necessário para viver.

Nós sabemos que o funcionalismo público leva grande parte da economia nacional. Isso não é culpa dos funcionários que são sim do Estado que os admitem. E se os admitem e se serve do seu trabalho não tem direito a fazê-lo

o necessário para viver.

Nós sabemos que o funcionalismo público leva grande parte da economia nacional. Isso não é culpa dos funcionários que são sim do Estado que os admitem. E se os admitem e se serve do seu trabalho não tem direito a fazê-lo

o necessário para viver.

Nós sabemos que o funcionalismo público leva grande parte da economia nacional. Isso não é culpa dos funcionários que são sim do Estado que os admitem. E se os admitem e se serve do seu trabalho não tem direito a fazê-lo

o necessário para viver.

Nós sabemos que o funcionalismo público leva grande parte da economia nacional. Isso não é culpa dos funcionários que são sim do Estado que os admitem. E se os admitem e se serve do seu trabalho não tem direito a fazê-lo

o necessário para viver.

Nós sabemos que o funcionalismo público leva grande parte da economia nacional. Isso não é culpa dos funcionários que são sim do Estado que os admitem. E se os admitem e se serve do seu trabalho não tem direito a fazê-lo

o necessário para viver.

Nós sabemos que o funcionalismo público leva grande parte da economia nacional. Isso não é culpa dos funcionários que são sim do Estado que os admitem. E se os admitem e se serve do seu trabalho não tem direito a fazê-lo

o necessário para viver.

Nós sabemos que o funcionalismo público leva grande parte da economia nacional. Isso não é culpa dos funcionários que são sim do Estado que os admitem. E se os admitem e se serve do seu trabalho não tem direito a fazê-lo

o necessário para viver.

Nós sabemos que o funcionalismo público leva grande parte da economia nacional. Isso não é culpa dos funcionários que são sim do Estado que os admitem. E se os admitem e se serve do seu trabalho não tem direito a fazê-lo

o necessário para viver.

Nós sabemos que o funcionalismo público leva grande parte da economia nacional. Isso não é culpa dos funcionários que são sim do Estado que os admitem. E se os admitem e se serve do seu trabalho não tem direito a fazê-lo

o necessário para viver.

Nós sabemos que o funcionalismo público leva grande parte da economia nacional. Isso não é culpa dos funcionários que são sim do Estado que os admitem. E se os admitem e se serve do seu trabalho não tem direito a fazê-lo

o necessário para viver.

Nós sabemos que o funcionalismo público leva grande parte da economia nacional. Isso não é culpa dos funcionários que são sim do Estado que os admitem. E se os admitem e se serve do seu trabalho não tem direito a fazê-lo

o necessário para viver.

Nós sabemos que o funcionalismo público leva grande parte da economia nacional. Isso não é culpa dos funcionários que são sim do Estado que os admitem. E se os admitem e se serve do seu trabalho não tem direito a fazê-lo

o necessário para viver.

Nós sabemos que o funcionalismo público leva grande parte da economia nacional. Isso não é culpa dos funcionários que são sim do Estado que os admitem. E se os admitem e se serve do seu trabalho não tem direito a fazê-lo

o necessário para viver.

Nós sabemos que o funcionalismo público leva grande parte da economia nacional. Isso não é culpa dos funcionários que são sim do Estado que os admitem. E se os admitem e se serve do seu trabalho não tem direito a fazê-lo

o necessário para viver.

Nós sabemos que o funcionalismo público leva grande parte da economia nacional. Isso não é culpa dos funcionários que são sim do Estado que os admitem. E se os admitem e se serve do seu trabalho não tem direito a fazê-lo

o necessário para viver.

Nós sabemos que o funcionalismo público leva grande parte da economia nacional. Isso não é culpa dos funcionários que são sim do Estado que os admitem. E se os admitem e se serve do seu trabalho não tem direito a fazê-lo

o necessário para viver.

Nós sabemos que o funcionalismo público leva grande parte da economia nacional. Isso não é culpa dos funcionários que são sim do Estado que os admitem. E se os admitem e se serve do seu trabalho não tem direito a fazê-lo

o necessário para viver.

Nós sabemos que o funcionalismo público leva grande parte da economia nacional. Isso não é culpa dos funcionários que são sim do Estado que os admitem. E se os admitem e se serve do seu trabalho não tem direito a fazê-lo

o necessário para viver.

Nós sabemos que o funcionalismo público leva grande parte da economia nacional. Isso não é culpa dos funcionários que são sim do Estado que os admitem. E se os admitem e se serve do seu trabalho não tem direito a fazê-lo

o necessário para viver.

Nós sabemos que o funcionalismo público leva grande parte da economia nacional. Isso não é culpa dos funcionários que são sim do Estado que os admitem. E se os admitem e se serve do seu trabalho não tem direito a fazê-lo

o necessário para viver.

Nós sabemos que o funcionalismo público leva grande parte da economia nacional. Isso não é culpa dos funcionários que são sim do Estado que os admitem. E se os admitem e se serve do seu trabalho não tem direito a fazê-lo

o necessário para viver.

Nós sabemos que o funcionalismo público leva grande parte da economia nacional. Isso não é culpa dos funcionários que são sim do Estado que os admitem. E se os admitem e se serve do seu trabalho não tem direito a fazê-lo

o necessário para viver.

Nós sabemos que o funcionalismo público leva grande parte da economia nacional. Isso não é culpa dos funcionários que são sim do Estado que os admitem. E se os admitem e se serve do seu trabalho não tem direito a fazê-lo

o necessário para viver.

Nós sabemos que o funcionalismo público leva grande parte da economia nacional. Isso não é culpa dos funcionários que são sim do Estado que os admitem. E se os admitem e se serve do seu trabalho não tem direito a fazê-lo

o necessário para viver.

Nós sabemos que o funcionalismo público leva grande parte da economia nacional. Isso não é culpa dos funcionários que são sim do Estado que os admitem. E se os admitem e se serve do seu trabalho não tem direito a fazê-lo

o necessário para viver.

Nós sabemos que o funcionalismo público leva grande parte da economia nacional. Isso não é culpa dos funcionários que são sim do Estado que os admitem. E se os admitem e se serve do seu trabalho não tem direito a fazê-lo

o necessário para viver.

Nós sabemos que o funcionalismo público leva grande parte da economia nacional. Isso não é culpa dos funcionários que são sim do Estado que os admitem. E se os admitem e se serve do seu trabalho não tem direito a fazê-lo

o necessário para viver.

O movimento do funcionalismo público

Uma circular aos funcionários

Pelo sr. Eduardo Leitão, presidente da comissão Central da União dos Empregados Administrativos de Portugal, foi enviada a todos os funcionários administrativos a seguinte circular:

Perante a situação criada à classe, pela deliberação tomada na sessão do 3 de outubro na Câmara dos Deputados, a que se referem os jornais de ontem, é necessário que a classe resolva qual o melhor caminho a seguir para que Justiça e Justiça imediata, seja feita às nossas reclamações. Admitida a fome, invoca a minoria dos lares dos funcionários Administrativos de Portugal, é a mais avitante das cobardias! O desprazer a que temos sido votados, a injustiça como temos sido tratados, chegou ao culminar.

Unamo-nos todos, vamos pregar a luta em Lisboa, vamos pregar aos governantes e aos políticos porque, razão dada desde Outubro a lutar-nos, vamos dizer-lhes que se a hora é da sacrifício, se os filhos do povo da Pátria assumem o sacrifício, mas primeiro não de sacrifícios, os legítimos interesses dos exploradores, daqueles que enriqueceram enquanto nos tinham nome, e quando o sacrifício tiver de recarregar o funcionalismo público, é sacrificado, há que ser igual para todos os funcionários. Porque é de todos os funcionários que já tiveram os seus vencimentos aumentados durante e depois da guerra, e só depois os que, como nós, recebem o mesmo que natos de guerra.

Por esse respeito convocam para uma reunião no Palácio da Câmara Municipal de Lisboa, no próximo dia 12 do corrente, pelas 11 horas em ponto, todos os membros da Comissão Central e um representante de cada uma das Comissões Distritais, Comissões de Paços, os poucos concelhos em que ainda não estão eleitos as Comissões Conceituais, peço para elegerem um delegado que os represente. Que ninguém feste, que nenhum deserte!

NA GUARDA

É discutida a equiparação de vencimentos

GUARDA, 6.—Reunião ontem em assembleia magna os funcionários públicos desta cidade, para deliberarem dar o seu apoio à comissão central de equiparação dos vencimentos e nomear um delegado para ir a Lisboa representá-los junto da aludida comissão.

António José de Aragão expôs os fins da reunião, que foi pouco concorrida, e nomeia para presidente o sr. Domingos de Almeida, chefe dos serviços dos correios e telegrafos desta cidade, que escolheu para o secretário Eduardo Cardoso e João Caetano Salvado.

O presidente, discreto sobre o estado económico do funcionalismo, diz que de todos os cataclismos que tem enlutado a humanidade uma vítima tem havido sempre o funcionalismo público. Pele para que a assembleia escolha o delegado que irá a Lisboa e esta manifeste-se para que seja escolhido o sr. Ezequiel Azevedo, inspetor de finanças, que não aceita devido às suas funções não o permitirem. E' então escolhido o dr. Alexandre Barbas, que diz também não aceitar e estar na assembleia como simples representante dum jornal que aqui se publica e não como funcionalista público. Resolve-se então que seja nomeada uma comissão composta de representantes de todos os ministérios, que fará em comunicação com a comissão central e com plenos poderes para escoher entre si o delegado junto da comissão central.

Joaquim Quintela apresenta uma moção, que é aprovada, saudando o presidente da República.

Em seguida é encerrada a sessão e só depois aparecem dois telegramas, um dos quais dizia: «Os funcionários públicos, reunidos em assembleia magna, identificados com as instituições vigentes, saudam o sr. presidente da República».

NO PORTO

Reúne amanhã em sessão magna o funcionalismo público desta cidade, a fim de apreciar a sua situação.

Sociedades de Recreio

Grêmio Filhos do Trabalho—Reúne hoje pelas 20 horas a assembleia geral.

ro, 2340; Henrique Rodrigues, torneiro, 1880.

Augusto Gonçalves Reinaldo, correiro, 2320; José Marques, servente, 1840; Lino Augusto de Oliveira, fundidor, 2320; Alberto Lopes, correiro, 2340; Francisco Cerequeira Lopes, correiro, 2320; José António Lopes, servente, 1820; Amélia das Dores Peixoto, servente, 1820; Ana das Dores Peixoto, servente, 1860; Malacqua Bernardo, torneiro, 2300; Francisco Maria de Oliveira Pina, torneiro, 2380; António Joaquim Tito de Oliveira, correiro, 1820; Joaquim Ferreira, servente, 1840; Carlos Augusto Correia, servente, 1840; Américo Pedroso da Rocha, servente, 1840; Francisco Gomes de Almeida, torneiro, 2320; Alvaro José da Fonseca, carpinteiro, 1880; Américo Jorge Pinhão, carpinteiro, 1880; Francisco A. Esteves, servente, 1840; Marcolino A. A. Júnior, carpinteiro, 1880; João Madeira, carpinteiro, 1880; José Coentras Júnior, carpinteiro, 1880; Justiniano José da Silva, carpinteiro, 1880; Cândido Elautero Teixeira, carpinteiro, 1880; Manuel José Pinto, correiro, 1880; Joaquim Paiva Conde, escrivário, 2300; Salvador da Cruz, colegial, 50.

Francisco de Oliveira Gomes, carpinteiro, 1880; António Bernardo Pescaria, correiro, 2320; Ezequiel Barros Santos, idem, 3000; Augusto Bento Ferreira, idem, 2360; Benedito Hilário Taunay, idem, 2320; Arthur Jesus Alexandrino, idem, 2380; Carlos Pereira, 2380; Manuel G. Neto, idem, 2360; Manuel Cândido Santos, idem, 2340; António Moreira da Melo, idem, 2330; João Rodrigues da Silva, fundidor, 1880; Vitorino Fernandes Mendonça, correiro, 2320; Júlio Lúis, correiro, 2380; Francisco António, servalheiro, 1880; Sebastião José Simões, ferreiro, 1880; Merceliano Rodrigues Matias, escrivário, 1880; António José Marinho, serralheiro, 1880. Total desta lista, 17360.

Francisco de Oliveira Gomes, carpinteiro, 1880; António Bernardo Pescaria, correiro, 2320; Ezequiel Barros Santos, idem, 3000; Augusto Bento Ferreira, idem, 2360; Benedito Hilário Taunay, idem, 2320; Arthur Jesus Alexandrino, idem, 2380; Carlos Pereira, 2380; Manuel G. Neto, idem, 2360; Manuel Cândido Santos, idem, 2340; António Moreira da Melo, idem, 2330; João Rodrigues da Silva, fundidor, 1880; Vitorino Fernandes Mendonça, correiro, 2320; Júlio Lúis, correiro, 2380; Francisco António, servalheiro, 1880; Sebastião José Simões, ferreiro, 1880; Merceliano Rodrigues Matias, escrivário, 1880; António José Marinho, serralheiro, 1880. Total desta lista, 17360.

Francisco de Oliveira Gomes, carpinteiro, 1880; António Bernardo Pescaria, correiro, 2320; Ezequiel Barros Santos, idem, 3000; Augusto Bento Ferreira, idem, 2360; Benedito Hilário Taunay, idem, 2320; Arthur Jesus Alexandrino, idem, 2380; Carlos Pereira, 2380; Manuel G. Neto, idem, 2360; Manuel Cândido Santos, idem, 2340; António Moreira da Melo, idem, 2330; João Rodrigues da Silva, fundidor, 1880; Vitorino Fernandes Mendonça, correiro, 2320; Júlio Lúis, correiro, 2380; Francisco António, servalheiro, 1880; Sebastião José Simões, ferreiro, 1880; Merceliano Rodrigues Matias, escrivário, 1880; António José Marinho, serralheiro, 1880. Total desta lista, 17360.

Francisco de Oliveira Gomes, carpinteiro, 1880; António Bernardo Pescaria, correiro, 2320; Ezequiel Barros Santos, idem, 3000; Augusto Bento Ferreira, idem, 2360; Benedito Hilário Taunay, idem, 2320; Arthur Jesus Alexandrino, idem, 2380; Carlos Pereira, 2380; Manuel G. Neto, idem, 2360; Manuel Cândido Santos, idem, 2340; António Moreira da Melo, idem, 2330; João Rodrigues da Silva, fundidor, 1880; Vitorino Fernandes Mendonça, correiro, 2320; Júlio Lúis, correiro, 2380; Francisco António, servalheiro, 1880; Sebastião José Simões, ferreiro, 1880; Merceliano Rodrigues Matias, escrivário, 1880; António José Marinho, serralheiro, 1880. Total desta lista, 17360.

Francisco de Oliveira Gomes, carpinteiro, 1880; António Bernardo Pescaria, correiro, 2320; Ezequiel Barros Santos, idem, 3000; Augusto Bento Ferreira, idem, 2360; Benedito Hilário Taunay, idem, 2320; Arthur Jesus Alexandrino, idem, 2380; Carlos Pereira, 2380; Manuel G. Neto, idem, 2360; Manuel Cândido Santos, idem, 2340; António Moreira da Melo, idem, 2330; João Rodrigues da Silva, fundidor, 1880; Vitorino Fernandes Mendonça, correiro, 2320; Júlio Lúis, correiro, 2380; Francisco António, servalheiro, 1880; Sebastião José Simões, ferreiro, 1880; Merceliano Rodrigues Matias, escrivário, 1880; António José Marinho, serralheiro, 1880. Total desta lista, 17360.

Francisco de Oliveira Gomes, carpinteiro, 1880; António Bernardo Pescaria, correiro, 2320; Ezequiel Barros Santos, idem, 3000; Augusto Bento Ferreira, idem, 2360; Benedito Hilário Taunay, idem, 2320; Arthur Jesus Alexandrino, idem, 2380; Carlos Pereira, 2380; Manuel G. Neto, idem, 2360; Manuel Cândido Santos, idem, 2340; António Moreira da Melo, idem, 2330; João Rodrigues da Silva, fundidor, 1880; Vitorino Fernandes Mendonça, correiro, 2320; Júlio Lúis, correiro, 2380; Francisco António, servalheiro, 1880; Sebastião José Simões, ferreiro, 1880; Merceliano Rodrigues Matias, escrivário, 1880; António José Marinho, serralheiro, 1880. Total desta lista, 17360.

Francisco de Oliveira Gomes, carpinteiro, 1880; António Bernardo Pescaria, correiro, 2320; Ezequiel Barros Santos, idem, 3000; Augusto Bento Ferreira, idem, 2360; Benedito Hilário Taunay, idem, 2320; Arthur Jesus Alexandrino, idem, 2380; Carlos Pereira, 2380; Manuel G. Neto, idem, 2360; Manuel Cândido Santos, idem, 2340; António Moreira da Melo, idem, 2330; João Rodrigues da Silva, fundidor, 1880; Vitorino Fernandes Mendonça, correiro, 2320; Júlio Lúis, correiro, 2380; Francisco António, servalheiro, 1880; Sebastião José Simões, ferreiro, 1880; Merceliano Rodrigues Matias, escrivário, 1880; António José Marinho, serralheiro, 1880. Total desta lista, 17360.

Francisco de Oliveira Gomes, carpinteiro, 1880; António Bernardo Pescaria, correiro, 2320; Ezequiel Barros Santos, idem, 3000; Augusto Bento Ferreira, idem, 2360; Benedito Hilário Taunay, idem, 2320; Arthur Jesus Alexandrino, idem, 2380; Carlos Pereira, 2380; Manuel G. Neto, idem, 2360; Manuel Cândido Santos, idem, 2340; António Moreira da Melo, idem, 2330; João Rodrigues da Silva, fundidor, 1880; Vitorino Fernandes Mendonça, correiro, 2320; Júlio Lúis, correiro, 2380; Francisco António, servalheiro, 1880; Sebastião José Simões, ferreiro, 1880; Merceliano Rodrigues Matias, escrivário, 1880; António José Marinho, serralheiro, 1880. Total desta lista, 17360.

Francisco de Oliveira Gomes, carpinteiro, 1880; António Bernardo Pescaria, correiro, 2320; Ezequiel Barros Santos, idem, 3000; Augusto Bento Ferreira, idem, 2360; Benedito Hilário Taunay, idem, 2320; Arthur Jesus Alexandrino, idem, 2380; Carlos Pereira, 2380; Manuel G. Neto, idem, 2360; Manuel Cândido Santos, idem, 2340; António Moreira da Melo, idem, 2330; João Rodrigues da Silva, fundidor, 1880; Vitorino Fernandes Mendonça, correiro, 2320; Júlio Lúis, correiro, 2380; Francisco António, servalheiro, 1880; Sebastião José Simões, ferreiro, 1880; Merceliano Rodrigues Matias, escrivário, 1880; António José Marinho, serralheiro, 1880. Total desta lista, 17360.

Francisco de Oliveira Gomes, carpinteiro, 1880; António Bernardo Pescaria, correiro, 2320; Ezequiel Barros Santos, idem, 3000; Augusto Bento Ferreira, idem, 2360; Benedito Hilário Taunay, idem, 2320; Arthur Jesus Alexandrino, idem, 2380; Carlos Pereira, 2380; Manuel G. Neto, idem, 2360; Manuel Cândido Santos, idem, 2340; António Moreira da Melo, idem, 2330; João Rodrigues da Silva, fundidor, 1880; Vitorino Fernandes Mendonça, correiro, 2320; Júlio Lúis, correiro, 2380; Francisco António, servalheiro, 1880; Sebastião José Simões, ferreiro, 1880; Merceliano Rodrigues Matias, escrivário, 1880; António José Marinho, serralheiro, 1880. Total desta lista, 17360.

Francisco de Oliveira Gomes, carpinteiro, 1880; António Bernardo Pescaria, correiro, 2320; Ezequiel Barros Santos, idem, 3000; Augusto Bento Ferreira, idem, 2360; Benedito Hilário Taunay, idem, 2320; Arthur Jesus Alexandrino, idem, 2380; Carlos Pereira, 2380; Manuel G. Neto, idem, 2360; Manuel Cândido Santos, idem, 2340; António Moreira da Melo, idem, 2330; João Rodrigues da Silva, fundidor, 1880; Vitorino Fernandes Mendonça, correiro, 2320; Júlio Lúis, correiro, 2380; Francisco António, servalheiro, 1880; Sebastião José Simões, ferreiro, 1880; Merceliano Rodrigues Matias, escrivário, 1880; António José Marinho, serralheiro, 1880. Total desta lista, 17360.

Francisco de Oliveira Gomes, carpinteiro, 1880; António Bernardo Pescaria, correiro, 2320; Ezequiel Barros Santos, idem, 3000; Augusto Bento Ferreira, idem, 2360; Benedito Hilário Taunay, idem, 2320; Arthur Jesus Alexandrino, idem, 2380; Carlos Pereira, 2380; Manuel G. Neto, idem, 2360; Manuel Cândido Santos, idem, 2340; António Moreira da Melo, idem, 2330; João Rodrigues da Silva, fundidor, 1880; Vitorino Fernandes Mendonça, correiro, 2320; Júlio Lúis, correiro, 2380; Francisco António, servalheiro, 1880; Sebastião José Simões, ferreiro, 1880; Merceliano Rodrigues Matias, escrivário, 1880; António José Marinho, serralheiro, 1880. Total desta lista, 17360.

Francisco de Oliveira Gomes, carpinteiro, 1880; António Bernardo Pescaria, correiro, 2320; Ezequiel Barros Santos, idem, 3000; Augusto Bento Ferreira, idem, 2360; Benedito Hilário Taunay, idem, 2320; Arthur Jesus Alexandrino, idem, 2380; Carlos Pereira, 2380; Manuel G. Neto, idem, 2360; Manuel Cândido Santos, idem, 2340; António Moreira da Melo, idem, 2330; João Rodrigues da Silva, fundidor, 1880; Vitorino Fernandes Mendonça, correiro, 2320; Júlio Lúis, correiro, 2380; Francisco António, servalheiro, 1880; Sebastião José Simões, ferreiro, 1880; Merceliano Rodrigues Matias, escrivário, 1880; António José Marinho, serralheiro, 1880. Total desta lista, 17360.

Francisco de Oliveira Gomes, carpinteiro, 1880; António Bernardo Pescaria, correiro, 2320; Ezequiel Barros Santos, idem, 3000; Augusto Bento Ferreira, idem, 2360; Benedito Hilário Taunay, idem, 2320; Arthur Jesus Alexandrino, idem, 2380; Carlos Pereira, 2380; Manuel G. Neto, idem, 2360; Manuel Cândido Santos, idem, 2340; António Moreira da Melo, idem, 2330; João Rodrigues da Silva, fundidor, 1880; Vitorino Fernandes Mendonça, correiro, 2320; Júlio Lúis, correiro, 2380; Francisco António, servalheiro, 1880; Sebastião José Simões, ferreiro, 1880; Merceliano Rodrigues Matias, escrivário, 1880; António José Marinho, serralheiro, 1880. Total desta lista, 17360.

Francisco de Oliveira Gomes, carpinteiro, 1880; António Bernardo Pescaria, correiro, 2320; Ezequiel Barros Santos, idem, 3000; Augusto Bento Ferreira, idem, 2360; Benedito Hilário Taunay, idem, 2320; Arthur Jesus Alexandrino, idem, 2380; Carlos Pereira, 2380; Manuel G. Neto, idem, 2360; Manuel Cândido Santos, idem, 2340; António Moreira da Melo, idem, 2330; João Rodrigues da Silva, fundidor, 1880; Vitorino Fernandes Mendonça, correiro, 2320; Júlio Lúis, correiro, 2380; Francisco António, servalheiro, 1880; Sebastião José Simões, ferreiro, 1880; Merceliano Rodrigues Matias, escrivário, 1880; António José Marinho, serralheiro, 1880. Total desta lista, 17360.

Francisco de Oliveira Gomes, carpinteiro, 1880; António Bernardo Pescaria, correiro, 2320; Ezequiel Barros Santos, idem, 3000; Augusto Bento Ferreira, idem, 2360; Benedito Hilário Taunay, idem, 2320; Arthur Jesus Alexandrino, idem, 2380; Carlos Pereira, 2380; Manuel G. Neto, idem, 2360; Manuel Cândido Santos, idem, 2340; António Moreira da Melo, idem, 2330; João Rodrigues da Silva, fundidor, 1880; Vitorino Fernandes Mendonça, correiro, 2320; Júlio Lúis, correiro, 2380; Francisco António, servalheiro, 1880; Sebastião José Simões, ferreiro, 1880; Merceliano Rodrigues Matias, escrivário, 1880; António José Marinho, serralheiro, 1880. Total desta lista, 17360.

Francisco de Oliveira Gomes, carpinteiro, 1880; António Bernardo Pescaria, correiro, 2320; Ezequiel Barros Santos, idem, 3000; Augusto Bento Ferreira, idem, 2360; Benedito Hilário Taunay, idem, 2320; Arthur Jesus Alexandrino, idem, 2380; Carlos Pereira, 2380; Manuel G. Neto, idem, 2360; Manuel Cândido Santos, idem, 2340; António Moreira da Melo, idem, 2330; João Rodrigues da Silva, fundidor, 1880; Vitorino Fernandes Mendonça, correiro, 2320; Júlio Lúis, correiro, 2380; Francisco António, servalheiro, 1880; Sebastião José Simões, ferreiro, 1880; Merceliano Rodrigues Matias, escrivário, 1880; António José Marinho, serralheiro, 1880. Total desta lista, 17360.

Francisco de Oliveira Gomes, carpinteiro, 1880; António Bernardo Pescaria, correiro, 2320; Ezequiel Barros Santos, idem, 3000; Augusto Bento Ferreira, idem, 2360; Benedito Hilário Taunay, idem, 2320; Arthur Jesus Alexandrino, idem, 2380; Carlos Pereira, 2380; Manuel G. Neto, id